

O ROMANCE DE HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E AS TERRAS PROIBIDAS

LUIZA LOBO

(Professora da pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-professora de Literatura Brasileira da UERJ e membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia)

Nada envelhece mais que a história, pois só é história o que já passou. A mesma relação com o tempo ocorre com a literatura, pois só se pode relatar o que já se viveu, sendo inimaginável viver e escrever concomitantemente, como fazia o famoso personagem de “Pierrô na caverna” de Rubem Fonseca (em *O Cobrador*, 1979), que carregava para todo lado o seu gravador e termina frustrado porque, mesmo assim, não conseguia se comunicar literariamente de forma perfeita; ou o grande sonho do *nouveau roman*, que tentava descrever cada ação em tempo real, na pressuposição de que existir precede o ser ou a essência.

Essa tentativa de captar o presente, no momento mesmo em que ocorre, como se fosse num eterno gerúndio, é fadada ao fracasso, constituindo uma experiência literária antes que um modo de escrever duradouro. A vida, feita de inesperado, de acaso, é repleta de peripécias, por isso torna-se impossível captar sua totalidade num todo fechado da escrita. Assim, uma narrativa é sempre histórica, no sentido de descrever, interpretar e representar a ação que já passou. Portanto, há uma grande contradição implícita na denominação “história nova” (ver Fernando Antonio Novais e Rogerio Forastieri da Silva, org., Introdução, 2011, p. 7-70), usada para designar a escola dos Anais francesa.

História e literatura: narrativas

Criada a partir da revista *Anais*, publicada desde 1929, na França, foi na sua segunda fase, sob o impulso de Fernand Braudel, que se desenvolveu a “nova história”, também conhecida como história cultural, das mentalidades, dos vencidos, do cotidiano, dos acontecimentos, ou em migalhas. Ela veio opor-se à história tradicional, oficial, que estabelecia um eixo cronológico rígido para os grandes eventos e se baseava na noção de verdade, pois seu principal objetivo era trazer para o presente, para a experiência viva do aqui e agora, os fatos do passado, numa perspectiva de ciências sociais. Para isso, subverte ideologicamente a ótica sob a qual os acontecimentos históricos são tradicionalmente estudados, buscando entender os fatos da perspectiva do povo, do subalterno, do oprimido, ou do recalcado. Na presentificação dos eventos passados, a nova história tem uma relação próxima com a estética da recepção alemã, protagonizada por Jauss, Iser e Gumbrecht, pois ambas

as teorias querem trazer para a atualidade, numa perspectiva crítica, fatos que, se deixados esquecidos, não passariam de monumentos ou documentos, meros arquivos, segundo Walter Benjamin, sem qualquer efeito sobre o receptor de hoje. Benjamin fala em criar ruínas dos monumentos e documentos do passado, desconstruindo constantemente teorias já sedimentadas, ou seja, mitos. Assim, nessas teorias, o que importa é a revisão crítica do passado esquecido, atualizando-o na sua recepção e relação com o público atual. Para isso, pressupõe-se uma leitura contraideológica e uma reversão de valores cristalizados.

Portanto a “nova” história avizinha-se teoricamente da estética da recepção, que data de 1979, na universidade de Bochum, em Constança, na Alemanha, na medida em que também se baseia na estreita relação entre sujeito e objeto de conhecimento, conforme a estética husserliana, segundo a qual um fato que não me é conhecido é como se não existisse; portanto, a história só existe para mim quando eu a recupero, quando ela me diz algo, tem um efeito sobre mim. Dessa forma, só interessa ao receptor o objeto artístico que é presentificado, quando se estabelecem novas redes de conhecimento e recepção. (Poderíamos ver nisso também o *da-sein*, o estar-aí, de Heidegger). Essas duas teorias pretendem trazer à tona valores que foram ideologicamente recalcados no passado e assim construir novas versões ou narrativas sobre a história – de certa forma o que Michel Foucault bem mais tarde afirmaria em sua ampla obra filosófica. Com a nova história, reconstroem-se conceitos, reveem-se mitos, preconceitos, *partis pris*, presunções, e renova-se o olhar que tradicionalmente congelou mitos sobre heróis – em geral patriarcas – e datas consideradas intocáveis na tradição cultural – propondo uma reavaliação da cultura. Pressupõe-se que a história é uma narrativa como tantas outras. Seguindo o mesmo caminho da psicanálise, através das palavras, reescreve-se a história, retirando-a da sua rígida inscrição no passado e visando a sua mudança no futuro.

Acredito que esses dois conceitos, de nova história e de estética da recepção tenham norteado e presidido, ainda que inconscientemente, à escrita de meu romance *Terras proibidas: a saga do café no Vale do Paraíba do Sul*, publicado pela Rocco neste ano de 2011. A minha leitura histórica da atuação dos barões no maior centro cafeeiro do mundo nas décadas de 1850 a 1870, na região de Vassouras, busca retirar deles a pátina do tempo, dando-lhes vida e mostrando-os a uma luz mais humana, ao recriar seu imaginário através do fluxo da consciência. Essas figuras tornaram-se, através das leituras das genealogias e da história oficial, fixas, auráticas, como bustos em bronze, intocáveis e rígidos, ou imagens pintadas e fotografadas e imobilizadas em quadros emoldurados de corpo inteiro... Nosso objetivo – como sempre ocorre com os romancistas – foi dar-lhes feições novas e desvesti-los de sua imagem exterior de poderosos patriarcas e barões beneméritos para revelar sua subjetividade. Quebrar a ideia do sujeito épico, como os heróis homéricos, sem dúvidas, desvios, hesitações. Imaginar seu dia a dia, seus anseios, frustrações, desejos de poder, paralelamente às realizações que estão bem documentadas na história e nas biografias – como é o caso da personagem principal, o barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite. Isso,

porém, num caminho inverso ao de Lukács, segundo o qual, em *O romance histórico* (1936-1937), a quebra dos mitos do passado, ocorrida no romance do século XX, em relação ao grande romance realista dos séculos XVIII e XIX, destituiu-o da sua linguagem fundamental, una e grandiosa: o épico.

Assumo aqui posição oposta, de que a antiépica corresponde à vivência pós-moderna, crítica e desconstrutora, e trago para nossa realidade atual e consciência dividida e subjetiva, na qual convivem ego (consciente) e inconsciente. Não vejo essa queda como trágica, mas necessária a uma visão mais igualitária das personagens, e, se ergo novos mitos, ligados às personagens subalternas, como as figuras femininas das baronesas, das adolescentes rebeldes Eliza e Eufrásia ou dos escravos e escravas, cozinheiras e erveiros ou dos que lutam por sua liberdade é porque o antiépico está em sintonia com nosso tempo pós-moderno, que nos possibilita penetrar nas mentalidades dessas personagens subalternas e reprimidas na história das ideias do passado.

No caso das protagonistas femininas, como a adolescente rebelde Elisa, e de algumas esposas e baronesas, que não entraram para a história oficial porque viveram unicamente na esfera doméstica, procurei reinterpretar sua consciência e sua história de vida através do imaginário ficcional, de forma a reconstituir o contexto e dar vida à simples enumeração de nomes das genealogias das famílias brasileiras. Nisso consiste a tentativa da nova história: criar uma narrativa que utiliza até mesmo a história oral entre suas fontes – entrevistas, notícias, imagens várias, documentos de família – para criar uma visão de mundo que não se limita à história escrita e já consagrada dos grandes historiadores do passado.

É inegável que a chamada história oficial ou acadêmica deve sua estrutura à filosofia de Hegel, cujo pressuposto maior era de que um espírito (naturalmente masculino) presidia às contradições na história, tais como lutas de ideias e conflitos sociais, chegando-se à harmonização dos contraditórios, no processo dialético, que era a síntese (da luta de ideias). Assim, é discutível a opinião de Novais e Silva (idem, 2011, p. 9, 11) de que quase não há diferença entre a nova história e a história oficial. É claro que elas se misturam, até mesmo porque nenhuma das duas tem um parâmetro exato para sua interpretação ou para sua valoração. Mas elas são excludentes em seus posicionamentos, pois a nova história já parte do pressuposto de que é uma narrativa, não uma ciência, ao contrário da história oficial. Além disso, pretende subverter e desconstruir o discurso tradicional, com forte apoio nas ciências sociais, enquanto a história oficial ou tradicional tomava o passado como mito e verdade (como queria Aristóteles). O objetivo da filosofia de Hegel e de todo o pensamento filosófico transcendental alemão que sustenta a história tradicional era provar uma verdade única, com base na ideia de que somos seres unos, totais, à imagem de Deus. A filosofia e a religião se uniram nesse projeto linear, escatológico, que pressupunha princípio, meio e fim. O modelo de pensamento greco-romano-judaico-cristão-ocidental é sustentado pela religião, que define a história do mundo de forma similar, com uma origem iniciada na gênese mítica (ou nascimento) até o apocalipse (ou morte pessoal). Esse projeto do mundo das ideias sustentou-se até a modernidade, quando passou a ser

contestado por Nietzsche e Freud; e, no campo da história, pela escola dos Anais e o pensamento de Foucault.

Assim, meu romance *Terras proibidas* pode ser considerado um romance de nova história, seguindo as pegadas de Braudel, Duby e Le Goff e outros pensadores desta escola, como Peter Burke. Meu texto busca romper com a cronologia rígida dos fatos – ao apresentá-los fora da ordem em que ocorreram – pois é assim que os fatos e pessoas se apresentam a nós no dia a dia, desordenadamente. É o fluxo de consciência ou o fluir de nosso imaginário que nos permite unir os elos da cadeia e atribui mais ou menos importância a este ou aquele fato ou personagem, de forma impressionista, interpretando-os. Já a história oficial nos apresenta aspectos externos da vida e dos fatos, como biografias, genealogias, uma documentação organizada, de acordo com uma cronologia neutra, sem valorização, como arquivos. Em seu lugar inseri a bioficção, ou autobiografia romanceada, na contramão da história oficial, que é cronológica, baseada em fatos, datas e figuras previamente definidos como importantes. Proponho ao leitor a recomposição de um quebra-cabeças – similar ao que sempre ocorre na nossa vida cotidiana, em que o conhecimento sobre as pessoas e eventos não nos chega de forma linear, cronologicamente organizada, mas sim descontínua, pois vamos nos inteirando das coisas por fragmentos ou “em migalhas”. O fluxo da consciência, ou pensamento inconsciente, é que vai permitir valorizar e construir diferentes versões para os mesmos fatos, que ganham, assim, diferentes leituras. Penso aqui na proposta de Julio Cortázar nas duas leituras do livro *Amarelinha* (*Rayuela*, 1946) – sendo que neste houve uma inversão total do enredo na segunda leitura proposta pelo autor, não diversas leituras e diferentes interpretações possíveis do mesmo texto por diferentes leitores a partir dos vazios do texto, no sentido de Wolfgang Iser em *Ato da leitura* (1976). É um processo inquietante, similar à vida, típico do pós-moderno, que vai no sentido inverso ao de Hegel, que queria nos assegurar a homogeneidade e a totalidade do mundo e de pensamento – e que a estética era constituída de forma diretiva, de cima para baixo, por uma elite pensante. Em lugar dos grandes mitos nacionais e ações heróicas dos homens famosos, tentei relatar a luta diária pela construção de uma cidade – Vassouras – por parte dos barões fazendeiros, proprietários de escravos – e a realização de sonhos e valores de acordo com as vontades de todos. Na província do Rio de Janeiro, é principalmente a família dos Teixeira Leite, em que se destacam o barão de Vassouras e seu irmão, Joaquim José Teixeira Leite, que surge como construtores da nação, seus financiadores, e responsáveis pelo desenvolvimento do capitalismo financeiro nascente. O constante jogo de poder em busca de títulos de barões e viscondes, doados pelo imperador dom Pedro I ou dom Pedro II, são ainda um resquício de uma sociedade de estamento, baseada no poder e prestígio pessoal de senhores de terras, mas onde já desponta o capitalismo incipiente do Estado moderno e o Brasil urbano. São esses políticos de Vassouras que desenvolvem os transportes, como o trem (estrada de ferro dom Pedro II, depois Central do Brasil), a iluminação pública e o calçamento das ruas; são eles que iniciam, com seu capital de comissários de café que emprestam dinheiro a juros, o comércio nacional e internacional do café,

influenciam na abertura das bolsas de valores e fundam instituições bancárias e financeiras, como a Casa de Descontos e o Banco Comercial e Agrícola, em Vassouras. Basta dizer que a Lei de Terras no Brasil, n.º 601, de 18 de setembro de 1850, data do mesmo ano que o Código Comercial Brasileiro que instituiu as bolsas de valores no país, pela Lei n.º 556, de 25 de junho daquele ano. Transformações que consolidaram não só a cidade como unificaram a província e construíram o capitalismo. Grande parte dessas obras – como no caso do barão e depois visconde de Mauá, bem estudado no livro de Jorge Caldeira (1995), deve-se, em Vassouras, ao clã dos Teixeira Leite, que agia de forma colaborativa, unida, em família, com ramificações em todo o Vale do Paraíba do Sul. Esse conglomerado familiar atuava através do comércio e das redes familiares que asseguravam terras e poder (como nos feudos europeus) através dos casamentos, estendendo-se até a capital do país e sustentando a monarquia. Pois Vassouras foi o maior polo produtor de café do mundo na metade do século XIX – e grande parte do desenvolvimento urbano moderno ocorreu em Vassouras antes mesmo que na própria capital da monarquia, a corte do Rio de Janeiro.

No meu romance, também acentuo a importância das mulheres, embora vivessem reclusas, restritas à vida em família e à igreja, portanto à esfera íntima. Contudo, no Brasil, a divisão de funções e papéis entre o público e o privado não é tão rígida quanto noutras culturas, como, por exemplo, na anglo-saxônica. Casamentos, festas, visitas, batizados, bailes, obras de caridade, missas são parte da teia tecida por mulheres, unindo a esfera doméstica à pública. No romance procurei também desconstruir certas visões já sedimentadas sobre o escravo, como, por exemplo, o mito do escravo submisso, humilde, obediente e vitimizado. Mostro a importância das rebeliões de escravos e a formação de quilombos, assim como a influência exercida pelos escravos islâmicos malês, trazidos de Pernambuco e Bahia, após a proibição do tráfico da África, em 1850, pelo fato de saberem ler e escrever e por serem mais profissionalizados no trabalho da fazenda.

Destaco a presença dos abolicionistas – como Joaquim Nabuco – que desde 1865 comparecia no trem da manhã na praça central de Vassouras, Barão de Campo Belo, estimulando os movimentos de libertação e a compra de alforrias. Descrevo a constante interação entre casa-grande – senhores – e senzala – escravos – ao contrário do que pensa o imaginário popular, que ainda tem como modelo a escravidão no Nordeste açucareiro, e mostro como havia, mesmo na senzala, uma gradação hierárquica entre os escravos do eito e os da casa-grande, tudo formando uma tensa rede social de poder, peculiar ao sudeste do Brasil. Ela nada tem a ver com a absurda proposta de sensualidade que Gilberto Freire atribui aos africanos para explicar a intimidade na relação de senhores e escravos na cultura açucareira do Nordeste brasileiro. Naquela época, como hoje, é o enredamento entre o íntimo, o pessoal e o público que rege o funcionamento da sociedade – como mostrei no meu livro sobre os blogs de mulheres (ver Lobo, Luiza, 2007) – e é ele que explica o funcionamento quase doméstico de compadrio e conchavos que rege a vida política “pública” brasileira. Vencedor e vencido criam um amálgama, um sistema de influências pessoais – talvez porque

ambos coabitem num espaço de colônia e se sintam estrangeiros numa terra que não é sua, mas que pertence, antes, ao conquistador, à metrópole. Nesse sentido, sim, pode-se falar de uma promiscuidade, não tanto sexual, mas antes ideológica.

Romance histórico, de nova história ou das mentalidades

Essa tentativa de rever a história, que pode ser vista como metaficção crítica realizada conscientemente pelo autor que deseja reinterpretar o passado, já aparecera nos principais romances de Ana Miranda, como *Desmundo* (1996). Esta obra apresenta o relato autobiográfico, sob forma epistolar, no estilo da época, de uma das órfãs trazidas de Portugal, segundo carta de 1555, para se casarem com violentos patriarcas cristãos instalados nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro. A história acompanha a órfã Oribela que é obrigada a casar-se com Francisco de Albuquerque. Embora ferindo algumas vezes o sentido de verossimilhança, ao torná-la uma personagem feminina heroica, pois consegue fugir do marido e da prisão domiciliar e reunir-se a seu amante, para com ele viver feliz, esse tipo de enredo é válido exatamente porque cria novos valores ideológicos a respeito da mulher, rompendo com o estereótipo da mulher-vítima, já sedimentado.

Outro romance de Ana Miranda escrito sob a ótica da nova história é *O retrato do rei* (2003). A autora propõe como protagonista a personagem Mariana de Lencastre, agora no século XVIII, durante a guerra dos Emboabas. Após ganhar uma lavra de herança, ela trabalha vestida de homem na violenta região do rio das Mortes, em Minas, e luta por sua autonomia e liberdade. A intriga pessoal e imaginativa da vida da protagonista confunde-se com as intrigas e os interesses políticos na corte do Rio de Janeiro, e mesmo de Lisboa, ligados ao desaparecimento do quadro de Dom João V, de Portugal. Já *O Boca do Inferno* (1ª ed., 1989; 2006), que foi o primeiro romance de nova história de Ana Miranda, está repleto de diálogos das personagens Gregório de Matos e Padre Antônio Vieira, como a enfatizar a importância de se trazer para o momento atual uma grande quantificação de dados que pesquisou sobre o porto de Salvador da Bahia no período barroco e uma realidade histórica distante, gênero que não agrada muito ao leitor brasileiro. Também Nélide Piñon, em *A república dos sonhos* (1984), procurou recuperar a vivência dos seus antepassados galegos numa bioficção, na perspectiva da personagem feminina, desde sua infância.

Realmente, é fato que o romance histórico teve pequeno trânsito entre nós. Desde o famoso romance *As minas de prata* (1865), de José de Alencar, seguido por outro, ambientado na região de Vassouras, *O tronco do ipê* (1871), além das suas três novelas reunidas em *O Alfarrábio* (1872-1873) – O Garatuja, O ermitão da Glória e A alma de Lázaro – passando pela “lithistória” da copiosa crônica literária desenvolvida por Machado de Assis, vimos este gênero encolher no país na medida mesma em que se enfraquecia o ensino formal de história nas escolas. Para apreciar a história, é preciso conhecer algo dela; não só ter boa orientação didática como, principalmente, ler. No campo do romance histórico tradicional, deixaram-nos obras muito interessantes

Dinah Silveira de Queiroz, com *A Muralha* (1953), e Agripa Vasconcelos (1896-1969), com os romances do ciclo do ouro e do diamante, principalmente *A vida em flor de dona Beja* (1957) e *Chico Rei* (1966). Seus protagonistas são os heróis masculinos, que não são questionados em sua hierarquia de poder registrado pela história oficial – os bandeirantes ou patriarcas, figuras arquetípicas convencionais – ou personagens famosas que viveram a sua sombra (dona Beja, Chico Rei, Chica da Silva).

Comparando-se o início de meu livro *Terras proibidas* com a obra de memórias de Maria Werneck de Castro, *No tempo dos barões* (2004), nota-se que ressaltou uma conhecida rebelião de escravos ocorrida na fazenda da Freguesia, do capitão-mor Manoel Francisco Xavier, hoje Arcozelo, em Pati do Alferes, em 1838, que levou à formação do quilombo de Santa Catarina, mostrando as razões para essa fuga e revolta. Já a memorialista revela o seu desassossego, junto com a prima Liginha (2004, p. 96), tentando justificar a atitude violenta do seu antepassado Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, o barão de Pati do Alferes, no manejo dos escravos e na repressão e julgamento da rebelião – ou seja, justificar o injustificável. Assim, termina por manter a história como documento e os mitos como intocáveis. Nesse livro, de Maria Werneck de Castro, e revisto pelo irmão, o jornalista Moacir Werneck de Castro, que reúne autobiografia, genealogia e memórias, chamou-me a atenção a carta do engenheiro Gabriel Fonseca (2004, p. 207), que em 1976 comprou e reformou as ruínas da fazenda Monte Alegre, que pertencera ao barão de Pati do Alferes. Relata o engenheiro que, quando o carpinteiro retirou uma grande viga vertical na moldura de uma porta, caíram aos pés deles velhas e carcomidas ossadas. Sem dúvida ossos de escravos, ali enterrados e escondidos da justiça do governo central, que, desde o Código Criminal de 1832, proibira violências com escravos – principalmente assassinatos.

Enfim, *Terras proibidas* é um projeto de retomada do passado na modernidade. É uma fusão de horizontes, na expressão de Gadamer, de inserção do ambiente – *Umwelt* – no contexto do mundo – *Welt*. Se, para Kant, o tempo não pode ser observado diretamente (diz-nos Ricoeur, em *De l'Interprétation*, 1986, p. 101), é preciso reconstruí-lo, seja na história de longa duração – termo proposto por Braudel – que corresponde a todo o período do café no Vale do Paraíba do Sul, que remontei até os pioneiros que vieram da Península Ibérica até sua fixação em Minas Gerais, na exploração das minas de ouro, depois sua imigração através do Caminho Novo (as chamadas Terras Proibidas pela Coroa), até a província do Rio de Janeiro – seja na história de curta duração – sua vida cotidiana, talvez um dos aspectos mais difíceis de serem captados pela história, mas que constitui a espinha dorsal da ficção.

Espero que o romance realize o “agenciamento dos fatos” (numa intriga) e aquilo que a estética da recepção, em especial a teoria de Iser (1976) denominou o preenchimento dos espaços vazios do texto, interligados na leitura pela imaginação de cada leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris, Flammarion, 1969.
- BURKE, Peter, org. *New Perspectives on Historical Writing*. Cambridge, Polity, 2001; 2005. [trad. *A escrita da história*. São Paulo, UNESP, 1992; 1995].
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CASTRO, Maria Werneck de. *No tempo dos barões. Histórias do apogeu e decadência de uma família*. Org., pesquisa e notas de Moacir Werneck de Castro. Rio de Janeiro, Bem-te-vi, 2004.
- DUBY, George. *História e Nova História*. Lisboa, Teorema, 1986.
- _____. *Para uma história das mentalidades*. Lisboa, Terramar, 1999.
- FONSECA, Rubem. Pierrô na caverna. In: *O Cobrador*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979
- DUBY, G. e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- ISER, Wolfgang. *The act of reading: A Theory of Aesthetic Response*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978. [Der Akt des Lesens. 1976. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético - volume I*. Tradução Johannes Kretschmer. São Paulo, Editora 34, 1996].
- LE GOFF, Jacques. En collaboration avec Jacques Revel. *La nouvelle histoire*. Paris, Retz, 1978.
- LOBO, Luiza. *Guia de escritoras da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Eduerj/ Faperj, 2006.
- _____. *Segredos públicos. Os blogs de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.
- _____. *Terras proibidas: a saga do café no Vale do Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro, Rocco, 2011.
- LUKÁCS, Gyorgy. *The Historical Novel*. 1ª ed. 1936-1937. Nebraska, The University of Nebraska Press, 1962.
- MIRANDA, Ana. *O boca do Inferno*. 1ª ed. 1989. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Desmundo*. Rio de Janeiro, Record, 1996.
- _____. *O retrato do rei*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- PIÑON, Nélica. *A república dos sonhos*. [1ª ed. 1984]. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- NOVAIS, Fernando Antonio e SILVA, Rogerio Forastieri da, org. e introd. Para a historiografia da história. In: *Nova História em perspectiva*. São Paulo, Cosac Naify, 2011. p. 7-70.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. *A Muralha*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- RICOEUR, Paul. *De l'interprétation. Essai sur Freud*. Paris, Seuil, 1986.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da*

estrutura escravista. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Instituto Nacional do Livro, 1984.

VASCONCELOS, Agripa. *Chica da Silva. Chica que manda*. Romance do ciclo do diamante nas Gerais. Belo Horizonte, Itatiaia, s.d. [1966].

_____. *Chico Rei*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1966.

A vida em flor de dona Beja. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1957.